

Governo contraria promessa, e Bolsa Família não bate recorde

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

São 14,27 milhões de famílias beneficiadas neste mês, contra 14,34 milhões em maio de 2019. Assim que estourou a crise do novo coronavírus no Brasil, Onyx Lorenzoni, recém transferido para o Ministério da Cidadania, anunciou que em abril a cobertura do Bolsa Família, após sofrer sucessivos cortes, bateira um recorde. “Teremos um número que nunca existiu”, disse há cerca de um mês. Mas os dados contradizem a promessa. São 14,27 milhões de famílias beneficiadas neste mês, contra 14,34 milhões em maio de 2019, quando o governo passou a, na prática, travar novas entradas no programa. Portanto, o esforço do governo em ampliar a cobertura diante da pandemia do novo coronavírus não foi suficiente para que o Bolsa Família retornasse ao patamar registrado em maio de 2019, antes da maior sequência de cortes na história do programa. A inclusão de 1,2 milhão de famílias em abril foi possível após o envio de uma verba extra de R\$ 3 bilhões —1% do pacote de medidas emergenciais com impacto no Orçamento. Apesar do destravamento do programa, a fila de espera (formada por famílias vulneráveis que pediram o benefício e aguardam resposta) ainda não foi zerada. Cerca de 200 mil famílias ainda aguardam resposta, segundo técnicos do governo que não querem ser identificados. Procurado, o Ministério da Cidadania não quis comentar a reportagem. O atendimento a todos que pediam para entrar Bolsa Família foi sinalizado pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, em 16 de março, quando a equipe econômica anunciou as primeiras medidas na crise do coronavírus, inclusive o repasse de R\$ 3 bilhões. Poucos dias depois, Onyx corrigiu a informação e publicou em uma rede social que “a fila fica praticamente zerada com essa inclusão” de 1,2 milhões de famílias. O Bolsa Família é o carro-chefe dos programas sociais do governo federal e transfere renda diretamente para os mais pobres. A fila de espera se forma quando as respostas demoram mais de 45 dias. O prazo vinha sendo cumprido desde agosto de 2017, durante a gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB). Mas, por falta de recursos, o programa não consegue atender a todos os pedidos desde junho do ano passado. Mesmo com a ampla inclusão de beneficiários em abril, dos 4.734 municípios atendidos pelo Bolsa Família, 712 continuam com fila. O programa atende famílias com filhos de 0 a 17 anos e que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por mês. O benefício médio foi de R\$ 191,86 até março. Temporariamente, durante a pandemia de Covid-19, o valor depositado a quase todas as famílias será o mesmo do auxílio emergencial dado a trabalhadores informais e microempreendedores —de R\$ 600 a R\$ 1.200. Esse aumento na renda foi articulado pelo Congresso. Inicialmente, o governo de Jair Bolsonaro queria manter o mesmo valor (cerca de R\$ 200) para quem é atendido pelo Bolsa Família. Especialistas dizem que as medidas do governo federal para ampliar o programa não são suficientes diante da crise econômica provocada pelo novo coronavírus. Mais famílias devem sofrer corte na renda neste ano e entrar na faixa considerada pobre ou extremamente pobre, que tem direito à transferência. Para o economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, após o aumento temporário durante a pandemia, o benefício deveria ser corrigido de forma permanente para compensar a falta de reajuste dos últimos anos.

“O Bolsa Família é uma política pró-pobre, eficiente e que está nas mãos do governo, mas o governo não usa. Isso é um péssimo sinal”, disse Neri, lembrando que o gasto é baixo em relação aos efeitos para a população.

Consultores da Câmara indicam ainda que o programa poderá precisar de um novo reforço orçamentário.

A verba atualmente é de R\$ 32,5 bilhões —a mesma de 2019, quando a fila cresceu no segundo semestre e foi depositada uma 13ª parcela aos beneficiários. O 13º ainda não está previsto para 2020.

No ano passado, os apelos por ampliação do orçamento do programa começaram em fevereiro. O Ministério da Cidadania pedia mais recursos para evitar o ressurgimento da fila em meados do ano.

Os pleitos, contudo, foram negados pela Junta Orçamentária, da qual Onyx, quando ocupava a Casa Civil, fazia parte.